

## DEPOIMENTO

### Curso de Psicologia da PUC Minas: pioneiro no Brasil

*Délcio Vieira Salomon\**

#### Uma iniciativa pioneira

O curso de Psicologia, mais tarde transformado em Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais, ao ser criado em 1959, foi iniciativa pioneira no Brasil. Não havia nenhum curso superior de Psicologia no País, com o objetivo de formar profissionalmente psicólogos.

A profissão de psicólogo também não era regulamentada, o que ocorreu somente em 1962, através da Lei n.º 4119, de 27 de agosto daquele ano. Mesmo sem a regulamentação, havia profissionais que praticavam a Psicologia em diversas instituições. A quase totalidade era oriunda de três campos distintos.

O primeiro se circunscrevia às ciências biológicas, com forte prevalência da Medicina, e nesta, da psiquiatria. O segundo, o mais diretamente ligado à Psicologia, estava fortemente ligado à Pedagogia: muitos psicólogos saíram de especialidades cultivadas nessa área e voltadas para a Psicologia evolutiva, notadamente nos estudos da infância e da adolescência, para a Psicologia da aprendizagem, na época denominada Psicologia educacional, e para a Psicologia da personalidade. O terceiro campo provinha da Filosofia, sobretudo da Antropologia Filosófica.

Parte desse meu registro é confirmada pelas palavras do respeitável psicólogo Samuel Pfromm Netto, quando escreveu em artigo comemorativo do centenário do nascimento de Myra y López (1896 - 1964):

A maioria dos psicólogos escolares talvez não se tenha dado conta de que existe uma tradição respeitável de literatura e atuação profissional de Psicologia escolar no Brasil, desenvolvida ao longo deste século, que inclui não poucos precursores ilustres, ligados à área médica e às antigas escolas normais e faculdades de filosofia antes da criação dos atuais cursos superiores de Psicologia. (Pfromm Netto, 1996, p. 87-88)

---

\* Professor livre-docente aposentado da UFMG – Ex-diretor do Instituto de Psicologia da PUC - Minas. E-mail: delcio.bh@terra.com.br

O pioneirismo daquela época, ao ser fundado “o curso de Psicologia da Católica”, como era designado, deve-se remotamente a Dom Antônio dos Santos Cabral, por ter lançado a pedra fundamental da Universidade Católica. Mas sua efetivação foi obra de Dom Serafim Fernandes de Araújo, com o apoio de Dom João Resende Costa. Ambos tiveram sensibilidade e visão ao acolher notáveis intelectuais que contribuiriam para a transformação do conhecimento científico em Minas Gerais, rompendo com uma tradição ligada às humanidades, em que predominava o bacharelismo, com suas raízes remotas provindas da Universidade de Coimbra.

Já havia em Minas sementes lançadas anteriormente pela reforma educacional comandada pelo presidente Antônio Ribeiro de Andrada e pelo secretário Francisco Luiz da Silva Campos, aos quais se deve a criação da Universidade do Estado de Minas Gerais, em 7 de setembro de 1927.

### **Psicóloga russa na gênese do curso**

Não se pode esquecer nesse cenário a figura de Helena Antipoff (Grodno, 25 de março de 1892 - Ibitiré, 9 de agosto de 1974) – psicóloga e pedagoga de origem russa que, depois de obter formação universitária na Rússia, Paris e Genebra, fixou-se no Brasil a partir de 1929, a convite do governo do Estado de Minas Gerais, no contexto da operacionalização da reforma de ensino, conhecida como Reforma Francisco Campos - Mário Casassanta.

Foi por meio dela que nomes como Henri Wallon, Alfred Binet (o fundador da psicometria) e seu colaborador, Theodore Simon, sobretudo Edouard Claparède e, mais tarde Jean Piaget, passaram a ser conhecidos e divulgados em Minas e, acredito, em todo o Brasil.

Por suas mãos passaram grandes mestras que elevaram o ensino primário ao topo da qualidade reconhecida nacional e internacionalmente. Além de ser a principal mentora da Reforma da Educação em Minas Gerais, na década de 1930, participou da Fundação da Faculdade de Filosofia, hoje Fafich – UFMG, responsabilizando-se pela cadeira de Psicologia no curso de Pedagogia, tendo, como aluno da primeira turma, o professor Pedro Parafita de Bessa.

Foi justamente esse reconhecido cientista da Psicologia que se tornou o principal personagem da fundação do curso de Psicologia, como não poderia deixar de ser, por dispositivo legal, integrado à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, cujo diretor era o padre Orlando Vilela.

A Faculdade de Filosofia funcionava no Palacete Dantas, hoje sede da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.

Com o trabalho de Helena Antipoff, consolidou-se o Instituto de Educação como modelo de escola normal na formação das professoras primárias. Dessa instituição surgiram várias das primeiras professoras do recém-fundado curso de Psicologia.

Acredito que, por efeito de halo, o trabalho de Helena Antipoff serviu de referencial para atingirem igual nível de qualidade o Colégio Estadual e o recém-fundado Colégio Municipal.

Como conheci de perto o Colégio Municipal, por ter nele trabalhado desde 1959 até 1985 (quando me aposentei na Prefeitura), eu me sinto na obrigação de destacá-lo. Tal era sua projeção de ensino de qualidade, que o saudoso professor Arthur Versiani Velloso o apelidou de “Faculdade do Santo André”, em homenagem simultânea à qualidade dos professores e ao local onde se situa o colégio: confluência de São Cristóvão e Bairro Santo André. Grandes mestres deixaram ali sua marca, lecionando, ao mesmo tempo, na Faculdade de Filosofia da UFMG, como os professores Morse Belém Teixeira, José Israel Vargas, Amaro Xisto de Queiroz, Luiz de Carvalho Bicalho, Maria Luiza Ramos, Henrique Morandi, Cristiano Nogueira, Raimundo Rios, Arinos Magalhães, Dilza Reis, Geraldo Sardinha e muitos outros. Seu curso de Formação de Professoras Primárias ombreava em qualidade com o do Instituto de Educação, sem se saber qual o melhor. Muito se deveu ao trabalho da professora Ema Ciodaro, formada por Helena Antipoff.

Para amenizar o relato e, ao mesmo tempo, ilustrar a qualidade do ensino na formação das professoras primárias no Municipal – também chamado “curso normal”, importa não deixar despercebido significativo episódio.

Fui indicado pelo diretor do colégio, professor Guilherme Azevedo Lage, para lecionar Psicologia para as “normalistas”. Lembro que adotei três livros recém-traduzidos de autores americanos: um de Psicologia evolutiva, outro de Psicologia da aprendizagem e o terceiro de Psicologia da personalidade. Da turma que se formou naquele primeiro ano de minha docência no Municipal, várias alunas foram fazer Pedagogia na Faculdade de Filosofia na UFMG. Um dia encontrei uma dessas alunas na cidade, e ela me confidenciou: “Professor, até agora não tive muita novidade nas aulas de Psicologia, pois quase tudo que aprendemos com o senhor no colégio está sendo repetido nas aulas de Psicologia, e três dos principais livros indicados na bibliografia são os mesmos que o senhor adotou”.

## Rica experiência jogada no lixo

Como é sabido, a Faculdade de Filosofia, na época, tinha como principal função a pesquisa e a formação de professores para o ensino médio. E a Faculdade de Filosofia da UFMG, hoje Fafich, cumpria essa missão com qualidade. A maioria dos alunos dessa instituição provinha dos três importantes educandários citados mais o Colégio de Aplicação da própria Faculdade e não dos colégios particulares. Importa registrar que os melhores professores do sistema público estadual e municipal, que viriam a suceder aqueles que os formaram, eram justamente os oriundos daqueles educandários públicos.

Infelizmente este meu registro finda com uma nota de pesar: toda aquela rica experiência de formação das professoras primárias, tanto no Instituto Estadual de Educação como no Colégio Municipal de Belo Horizonte foi sepultada pela famigerada reforma do ensino secundário, a Lei 5.692/71, implantada pelos militares do golpe de 64, tendo como ministro da Educação o então coronel Jarbas Passarinho, o mesmo que “mandou às favas os escrúpulos de consciência”, ao participar como ministro do governo que editou o AI 5, responsável pelas maiores injustiças e violações à dignidade e ao respeito à pessoa humana. A dita reforma acabou com o curso de formação de professoras primárias com duração de três anos, reduzindo-o a uma maquiagem de seis meses, como habilitação vinculada ao curso colegial. Se hoje muito se queixa da derrocada do ensino público e do despreparo das professoras do primeiro grau, há de debitar esse desastre educacional aos militares no poder, notadamente àquela lei da reforma do ensino secundário.

Paulo Ghiraldelli (1990) demonstra convincentemente que a ação dos governos militares, durante a ditadura em relação à educação, foi caracterizada como “repressão, privatização do ensino, exclusão das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de legislação educacional ampla e confusa” (1990, p. 163). Para o autor, o ensino era visto como controle ideológico, visando a uma educação para o trabalho, servindo, dessa forma, aos interesses capitalistas, firmados pelos acordos celebrados no período 1964-1968, entre o MEC e a AID (Agency for International Development), conhecidos como os acordos MEC – Usaid.

Cumprе lembrar que, já no final dos anos 50 e início dos 60, a reforma educacional, nela imbutida a universitária, era uma das principais

bandeiras da sociedade, as proclamadas “reformas de base”. Mas acabaram sendo retiradas de pauta pelo regime autoritário implantado em 1964 e substituídas pelas draconianas medidas impostas à sociedade brasileira.

### **No meio da efervescência ideológica, surge o curso de Psicologia**

A área educacional, na época, era um dos cenários de grande movimentação, marcado pelo conflito ideológico entre os que reivindicavam as “reformas de base” e os conservadores encastelados nas classes dominantes. Aquelas eram reivindicadas pela maioria da população com o respaldo de respeitáveis personalidades representativas dos diversos setores da sociedade, desde o do ensino até o da agricultura, passando pelo da saúde, política, cultura, previdência e inúmeros outros. Na Educação, pontificavam nomes como Lourenço Filho, Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Celso Furtado, para citar os mais em evidência.

No bojo desses embates, a criação do Instituto de Psicologia foi um gesto de ousadia da Universidade Católica, que antevia espaço mais amplo para a organização de um saber ainda disperso e não sistematizado academicamente.

A partir de uma plêiade de pioneiros nasceu o Instituto de Psicologia. Dos vários nomes, merecem ser citados três com quem tive contato direto e por mim sempre foram considerados os principais fundadores: o professor Pedro Parafita de Bessa, o padre Orlando Vilela e um frade franciscano, holandês, ligado ao Colégio Santo Antônio, que, na época, chamava-se frei Ricardo, e, depois de secularizado, Renier Rozestraten.

Na minha visão, o Instituto de Psicologia foi influenciado fortemente por duas notáveis experiências.

A primeira delas foi conduzida por um psiquiatra espanhol, Emílio Myra y Lopez, que havia criado, na Fundação Getúlio Vargas, um Serviço de Orientação e Seleção Profissional, o ISOP, com fundamentos na Psicometria, sendo que essa já havia penetrado com sucesso nos diversos países da Europa.

Por dever de justiça, a lembrança desse notável psicólogo merece destaque, mesmo que esse constitua um parêntese em minha linha discursiva adotada. Homenagem, embora póstuma, porém mais do que justa, pois, pelo que sei (posso estar enganado), a Psicologia em Minas não lhe reconheceu até hoje o valor como grande cientista da Psicologia e da Educação, nem lhe rendeu o devido tributo de reconhecimento quando do centenário de seu nascimento, em 1996. E dizer que tinha laços fortes com nosso Estado, pois se casou com uma mineira.

Emilio Myra y Lopez nasceu em Santiago de Cuba, ao tempo em que a ilha era colônia sob o domínio da Espanha, em 24 de outubro de 1896, e faleceu no Rio de Janeiro, a 16 de fevereiro de 1964. Como assinala Pfromm Neto, em artigo já referenciado, “Myra e Lopez viveu em dois países a maior parte da sua vida: primeiro na Espanha, entre 1919 e 1939, e depois no Brasil, entre 1945 e 1964”. Doutorou-se em Medicina em Madri, com tese sobre “correlações somáticas do trabalho mental”, em 1923. Em determinado momento, escolheu como campo de especialização e de atuação profissional a psiquiatria e a Psicologia aplicada. Em 1920, fundou a seção de Psicologia do Instituto de Orientação Profissional de Barcelona, considerado o mais completo da Europa de então.

Por ocasião da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), Mira y López foi nomeado chefe dos serviços psiquiátricos do exército republicano e iniciou as investigações que resultaram na criação de seu famoso PMK (psicodiagnóstico miocinético).

Importa não olvidar que aquela guerra se deu, porque, de um lado, posicionaram-se as forças do nacionalismo e do fascismo, aliadas às classes e instituições tradicionais da Espanha (o exército, a Igreja e o latifúndio) e, do outro, a Frente Popular, que formava o Governo Republicano, representando os sindicatos e os partidos de esquerda.

O fato de Myra y Lopes assumir ideologicamente o lado republicano já nos dá a dimensão de seu pensamento político e configura seu perfil ideológico, engajando-se no movimento antifascista, ao lado de artistas como Garcia Lorca, Picasso e Salvador Dali.

Após a derrota republicana, passou a ter vida de peregrino internacional: França, Inglaterra, Estados Unidos, Cuba, Argentina, Uruguai... Até que, em 1945, aportou no Brasil, aqui se fixando.

Começava sua notável contribuição à Psicologia em nosso País, e que durou 20 anos, só interrompida por sua morte, em 1964. Durante esses anos, Mira y López fundou e dirigiu o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, desde 1947, e criou a revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* (hoje *Arquivos Brasileiros de Psicologia*); tendo fundado, juntamente com Lourenço Filho, a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada.

Com ele se iniciou a psicometria em nosso País, com ênfase na “fabricação de testes”, que, pelo entusiasmo acarretado pelos resultados então auferidos, dominou por muito tempo o fazer psicológico, transformando-se em verdadeira mania, tangenciando o modismo.

É de se destacar entre suas obras aqui publicadas: *Manual de Psicologia Jurídica* (1932) e o *Manual de Psiquiatria* (1935), ambos editados

posteriormente no Brasil, com tradução em português, pelas editoras Agir (1947) e Científica (1944), respectivamente; *A criança que não aprende* (*El niño que no aprende*, Kapelusz, 1947); *Psicologia evolutiva da criança e do adolescente* (1941); *Manual de orientação profissional* (1947); *Como estudar e como aprender* (1948); *Psicologia experimental* (1955); *Roteiro de Saúde Mental* (1956); *A arte de envelhecer* (como lembra Pfromm Netto, “talvez a primeira contribuição psicológica sobre a Psicologia da terceira idade publicada no País e datada de 1961”); *As vocações e como descobri-las* (1963); *Psicologia Geral* (1964); *Escola de pais* (1964); *Futebol e Psicologia* (1964); e obras hoje clássicas no âmbito psicoterapêutico: *Psiquiatria básica* (1948) e *Avaliação crítica das doutrinas psicanalíticas* (1964).

Não poderia fechar o parêntese sem acatar e repetir o julgamento de Pfromm Netto (1996):

A presença de Mira y López na história da Psicologia escolar brasileira e na nossa Psicologia em geral dificilmente encontra paralelo em contribuições de outros nomes não menos notáveis, se considerarmos a vastidão incrível em favor da jovem ciência e da sua relevância para a sociedade e a multiplicidade de atuação a que se consagrou ao longo de toda a vida. Eis, pois, um paradigma de competência e dedicação profissionais que a Psicologia escolar só tem a ganhar, se pautar pelos exemplos magníficos que nos legou nesse sentido.

Através de sua orientação e o trabalho de Helena Antipoff, foi criado, em Minas, o SOSB, tendo como um dos fundadores o professor Pedro Parafita de Bessa.

Significativa instituição que, durante anos, contribuiu para a orientação vocacional de centenas de jovens e serviu a órgãos do Estado e a empresas públicas e privadas no trabalho de seleção e treinamento de pessoal, tendo a psicometria como seu principal instrumento de ação.

Foi justamente pelo Professor Bessa que vários técnicos que ali trabalhavam se tornaram os primeiros professores no recém-fundado Curso de Psicologia da Universidade Católica.

A segunda experiência de monta foi o Departamento de Orientação e Treinamento – o DOT – do Banco da Lavoura de Minas Gerais, onde trabalhei e fui buscado por frei Ricardo para com ele consolidarmos o Curso de Psicologia.

A experiência do DOT – Banco da Lavoura merece um depoimento histórico. Para fundar o DOT, um dos donos do banco, o Dr. Aloisio Faria,

trouxe para Belo Horizonte o Prof. Pierre Weil. O convidado já era conhecido no Brasil, como psicólogo e autor de vários livros de Psicologia aplicada, tendo trabalhado na Fundação Getúlio Vargas com Myra y Lopes. Em atendimento ao pensamento de Aloísio Faria, montou uma estrutura de Psicologia aplicada, única no mundo. Havia, até então, e de maneira acanhada, serviços terceirizados de Psicologia, sobretudo nas áreas de seleção e esporadicamente de orientação profissional. A concepção de Pierre Weil foi implantar um Departamento de Psicologia Aplicada dentro do próprio banco, diferente de possíveis congêneres. Para tal, foram por ele trazidos alguns psicólogos que já começavam a despontar como expoentes do setor no País, como Ruy Flores, especialista em testes de personalidade (TAT, Roscharch e outros), Célio Garcia, com doutorado na França em Psicologia social e, mais tarde, Djalma Teixeira de Oliveira, que abandonou a profissão médica de ginecologista para se dedicar à Psicologia das relações humanas, que o levou à psicanálise.

Em pouco tempo, o DOT ganhou repercussão nacional e internacional como respeitado laboratório de relações humanas no trabalho. A equipe era pluridisciplinar, tendo técnicos provenientes da área da Pedagogia (a maioria), da Medicina, das Ciências Sociais, da Filosofia, da Economia e do Direito.

Os titulares do banco (diretores, gerentes e contadores) vinham em grupos de 20 de todas as agências espalhadas pelo território nacional e ficavam hospedados em hotel alugado pelo banco durante um mês. Mais tarde, passou a funcionar no Hotel Taquaril, transformado em sede do DOT até a construção do prédio na Pampulha, onde hoje funciona a Fundação João Pinheiro.

Logo na primeira semana, os participantes eram submetidos a uma *dinâmica de grupo* denominada DRH – desenvolvimento de relações humanas (grande novidade na época, pois foi a primeira vez que surgiu no Brasil a técnica de *dinâmica de grupo*) – durante cinco dias e oito horas diárias. A técnica operacional do DRH levava os participantes a “vivenciarem intensamente”, à guisa do psicodrama e do sociodrama de Jacob Moreno, problemas do cotidiano de suas vidas tanto no trabalho como em família. Os monitores do DRH, três a cinco técnicos do DOT, anotavam os diálogos, formando assim os chamados protocolos. Durante aquela semana, os fenômenos surgidos na dinâmica do grupo eram extraídos dos protocolos e selecionados para constituírem temas para as aulas de treinamento que ocupavam dois terços do restante do tempo de permanência dos titulares do banco, uma vez que o terço restante era destinado a aulas técnicas, próprias das funções dos titulares do banco, geralmente dadas por especialistas, quase sempre economistas, administradores de empresa e juristas.

O fato de ter sido uma experiência inédita provocou estranheza no grande sociólogo francês Joffre Dumazedier (1915-2002), especialista e pioneiro

da sociologia do lazer, vindo a Belo Horizonte, a convite de Pierre Weil, para conhecer o trabalho do DOT. Lembro que ele nos externou sua admiração e, ao mesmo tempo, sua estranheza, justo por serem aquelas atividades exercidas dentro da própria instituição, por natureza capitalista e patronal. Previa que geraria conflitos em muitos profissionais. Realmente sua previsão se confirmou. Basta dizer que vários titulares pouco tempo depois de terem passado pela experiência, acabaram saindo do banco para montar o próprio negócio.

Aqui vai meu depoimento pessoal. Recém-saído de seminário salesiano, onde estudara até o terceiro ano de Teologia, mas já formado em Pedagogia, dava aula no Curso Champagnat e fazia a Faculdade de Direito (uma das veleidades ou desorientações de minha vida, porque não tinha vocação para advogado como não tive para padre). Nesse ínterim, descobre-me, em Belo Horizonte, antigo colega de seminário, o doutor José Fiuza, psicólogo, com formação na França. Pertencia ao primeiro escalão dos psicólogos do DOT. Por isso foi indicado para abrir filial do DOT na principal agência de São Paulo. Antes me indicara para seu lugar no Senac, onde iria trabalhar com Daniel Antipoff, filho de Dona Helena Antipoff. Mal comecei a trabalhar lá, eis que me telefona novamente, dizendo que o Banco da Lavoura estava precisando de um técnico em Psicologia, no mínimo formado em Pedagogia. O perfil calhava com minha formação. Foi quando fui admitido no Banco, após entrevista com Pierre Weil e Ruy Flores. Lá fiquei desde 1960 até abril de 1964. Saí do banco, porque homiziei, em meu apartamento no IAPI, meu tio, o João Vieira, que era presidente do Sindicato dos Bancários e, ao mesmo tempo, antigo funcionário do banco. Para meu tio não perder o emprego, após 29 anos de trabalho, resolvemos que fosse apresentado ao Departamento de Pessoal do Banco, no 29º dia de afastamento, e, logo em seguida, ao DOPS. O Dr. Gilberto Faria quis saber “quem era aquele cidadão que acompanhava o João Vieira”. Quando soube quem era eu, além de técnico do DOT, sobrinho de João Vieira, mandou chamar-me, dizendo que estranhara como entrara para o Banco, uma vez que era norma da empresa não admitir nenhum parente do João Vieira. E assim fui despedido.

Pier Weil recebeu constrangido a decisão da diretoria do Banco. Conversou longamente comigo e me aconselhou a não largar a Psicologia. Lembro que telefonou para Dona Helena Antipoff e solicitou a ela me aproveitar na Fazenda do Rosário. Lá cheguei a trabalhar durante um mês. Apesar de curta, foi uma experiência rica. Pude perceber quão exigente era Dona Helena. Basta dizer que toda tarde, antes do término do expediente, tinha de fazer por escrito relatório de todas as atividades do dia, com considerações teóricas sobre a validade das tarefas executadas (como o tema das aulas, a escolha e a aplicação desse ou daquele teste, etc).

Por coincidência, naquela mesma época, frei Ricardo já tinha estado no DOT e conversado comigo sobre seu trabalho na Universidade Católica. Quando soube de meu desligamento do banco, ele me procurou novamente e me convidou para trabalhar no curso de Psicologia da Católica.

Recebi o convite com entusiasmo. Significava meu ingresso como professor no ensino superior e sentia, há muito, que essa seria minha realização profissional. Além disso, levava significativa bagagem de conhecimento de Psicologia para ajudar o trabalho de frei Ricardo, que tinha voltado da Europa com especialização em Psicologia.

A essa altura, já era amigo também do professor Pedro Parafita de Bessa. Tinha sido meu professor de Psicologia durante os dois anos em que realizei o Curso de Orientação Educacional, que nasceu juntamente com o curso de Psicologia da Católica.

### **Nasce o Instituto de Psicologia: o IPSI – UCMG**

Cumpro confessar que, no bojo do convite de frei Ricardo para com ele consolidar o curso de Psicologia, estava imbutido o propósito de transformarmos o curso em *Instituto de Psicologia*.

Mas essa transformação significava estabelecer *autonomia* para um curso que pertencia à Faculdade de Filosofia. De certo modo, temíamos o êxito da empreitada. Para nossa surpresa, foi justamente o contrário o que nos aguardava. Quando expusemos nosso objetivo ao padre Orlando Vilela, diretor daquela faculdade, ao invés de criar obstáculo, como seria compreensível, acabou por nos incentivar e nos deu carta branca para a realização de nosso propósito. Ele, de fato, era um homem inteligente e de visão.

Mal terminada a construção do prédio da Avenida Brasil, no terreno da Cúria, onde hoje funciona o IEC, o curso de Psicologia foi transferido para lá, ocupando o sétimo andar. No mesmo edifício, funcionava o curso de Direito, a Faculdade de Filosofia, o curso de Serviço Social, o curso de Cinema, dirigido pelo padre Massote, e a biblioteca da Universidade.

Depois de longas trocas de ideias com frei Ricardo, conseguimos montar uma estrutura de trabalho acadêmico e técnico juntamente com um avançado organograma de atividades e funções que possibilitaram a criação do Instituto de Psicologia. Preocupava-nos a união da teoria, captada nas aulas e nos livros, com a prática, que haveria de ser obtida por meio de estágio, visando ao exercício profissional. Havia a dificuldade inicial de ser um Instituto ambíguo, pois se identificava com o curso de Psicologia e, como tal, pertencia à Faculdade de Filosofia, mas, ao mesmo tempo, por projetarmos atividades operacionais e

técnicas, inclusive abrindo campo para a pesquisa em Psicologia, prestação de serviço à comunidade e, particularmente, estágio profissional para os alunos, demandava autonomia administrativa.

De fato, eram os primórdios de uma escola nova. Fiquei desde logo impressionado com a mentalidade científica e, ao mesmo tempo aberta, de frei Ricardo.

Não sei se ao arrepio da lei, mas o fato é que o Instituto de Psicologia acabou ficando independente da Faculdade de Filosofia, antes mesmo da reforma universitária implantada com a Lei 5.540.

Nossa iniciativa estava marcada, desde o início, pelos conflitos inerentes às instituições que a amparavam e lhe davam a razão de ser, como a ciência, a política, as ideologias reinantes, a própria Igreja, além do posicionamento de professores, alunos e funcionários diante do clima que se vivia.

O estigma de “revolucionários” nos marcava também perante os militares no poder. A ditadura militar, todos o sabemos, tinha os olhos voltados de maneira acintosa para as faculdades de Filosofia. E sabemos o porquê.

Para avivar nossa memória sobre a perseguição dos militares às faculdades de Filosofia, importa transcrever as palavras do professor Pedro Parafita de Bessa, cassado pelo AI 5, quando diretor da Fafich – UFMG, e que recebeu o título de professor emérito, em 1978, durante meu mandato de diretor daquela instituição:

A Faculdade de Filosofia veio alterar uma estrutura universitária bastante cômoda para as classes dirigentes. Enquanto a Universidade se compôs de escolas apenas profissionalizantes, baseadas na importação de conhecimentos, técnicas e *know-how*, a crítica aparecia mais como exceção do que como norma. É evidente que muitos espíritos críticos se formaram em tais escolas, mas também é verdade que a crítica geral das estruturas vigentes era puro acidente no funcionamento de tais instituições. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas a situação é, por definição, diferente: esta é uma escola que se destina à crítica, que tem de dar a seus alunos condições de pensarem a realidade com suas próprias cabeças, fora dos modos ufanistas, isto é, pensá-la de modo crítico, escarpelando-a quanto à sua estrutura e modo de funcionar. Esse espírito, hoje, impregna toda a comunidade universitária. E é por isso que as universidades brasileiras são vistas e tratadas de modo tão suspeito pelas autoridades do regime vigente. A essas autoridades não interessa a visão criadora, alternativa, heterodoxa, da realidade, mas tão somente a chamada

crítica construtiva que não passa, na quase totalidade das vezes, de mera bajulação.<sup>1</sup>

Se foi um momento de crise e conflito, também o foi de grande riqueza intelectual para todos.

Singularmente no que tangia à Psicologia, havia fortes embates entre as correntes que disputavam a primazia do conhecimento. Duas grandes vertentes se colocavam frente a frente. De um lado, os experimentalistas, com fundamentos oferecidos pelos estudos de Skinner, com seu *condicionamento operante*, baseado no *reflexo condicionado* de Pavlov; e, de outro lado, os psicanalistas, formados nas teorias freudianas tanto ortodoxas como heterodoxas. Mais tarde, surgiu a corrente de Carl Rogers, com a *abordagem não-diretivistica*, centrada na pessoa, de modo a criar um clima propício ao crescimento onde o indivíduo possa ser autêntico, compreendido e aceito sem qualquer tipo de condicionamentos.

Disputas estimulantes. Cada corrente tinha seus ídolos, seus livros, seus seguidores, e quem ganhava era a própria formação acadêmica e profissional de alunos e professores.

Se os conflitos eram permanentes, a realidade que vivíamos era mutante.

## O reconhecimento federal do curso de Psicologia

Uma noite, morando na esquina das ruas Mar de Espanha com Pitangueiras, no Santo Antônio, me aparece lá no apartamento frei Ricardo. Necessitava de minha ajuda para montar o projeto de reconhecimento do curso de Psicologia. A primeira turma já estava no quinto ano, o último, e o curso não tinha recebido do MEC ou do Conselho Federal de Educação o reconhecimento.

Em uma semana, nós dois conseguimos montar o projeto de acordo com as exigências do CFE. Mas estava só no papel. A maior dificuldade era de três espécies: a biblioteca especializada, o laboratório e a falta de titulação de alguns professores. Mais uma semana de corre-corre. Dom Serafim nos ajudou muito na superação dessas três grandes carências.

Em pouco tempo, com a doação de livros meus, de frei Ricardo e de mais alguns professores, com os cedidos pela Faculdade de Filosofia, mais o significativo acervo adquirido por ajuda de banqueiros e empresários (solicitamos até a colaboração do jornal *Estado de Minas* para fazer matéria relativa ao empreendimento, sendo, na época, atendidos pelo então jornalista e hoje poeta Affonso Romano de Sant'Anna), a primeira dificuldade estava vencida.

<sup>1</sup> Ver UFMG: resistência e protesto. Belo Horizonte: Vega, 1978 – coletânea dos discursos proferidos por ocasião da outorga do título de professores eméritos aos cassados pela ditadura militar implantada em 1964.

Com minha experiência de Psicologia aplicada e a de frei Ricardo no campo da Psicologia experimental, conseguimos dar maior estrutura ao laboratório de Psicologia, que funcionava no sétimo andar do prédio junto com as salas de aula do curso. Em seguida, conseguimos alugar uma casa na Rua Pernambuco, onde criamos o SIPUC – Serviços do Instituto de Psicologia da Universidade Católica. O segundo desafio estava também contornado.

Quanto à titulação dos professores, fizemos várias consultas sobre o tipo de exigência do Conselho Federal, uma vez que o Curso de Psicologia era o primeiro no Brasil e especialistas em Psicologia eram “aves raras”. Ficamos mais tranquilos ao saber que a exigência não era como imaginávamos. Em questão de dias, conseguimos arrolar currículos convincentes de professores para serem contemplados pelo CFE.

Terminado o projeto, fomos para o Rio de Janeiro. Ficamos hospedados numa pensão em Botafogo. Fomos recebidos pelo presidente do Conselho, o pensador católico Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde. Logo após nos receber com gentileza, correu os olhos sobre o processo e eis que, de repente, o abre na parte relativa aos nomes dos professores. Quando leu meu nome e sob ele meu *curriculum vitae* ficou sabendo que eu era professor do Colégio Municipal de Belo Horizonte. Demonstrou misto de satisfação e entusiasmo ao sabê-lo, pois logo me confidenciou: “Então o senhor é professor da melhor escola pública do Brasil? Esse colégio Municipal tem merecido os maiores elogios de nosso Conselho”.

Hoje, quando lembro desse episódio, sou levado a lamentar: uma obra daquele naipe, assim considerada pelo próprio CFE, foi destruída junto com todas as escolas públicas pelos militares da ditadura de 1964, sobretudo a partir da reforma do ensino secundário, que teve à testa o ministro Jarbas Passarinho.

Depois de uma semana, indo todos os dias ao CEF, voltamos do Rio de Janeiro, certos de que o curso de Psicologia em breve estaria reconhecido oficialmente, e tranquilizamos nossos alunos, que celebraram com festa o acontecimento.

Mas as crises continuaram. A primeira a nos desafiar a administração era a situação de frei Ricardo. Ele, aproveitando concessão dada pelo Vaticano II, acabara de secularizar-se. Para a Igreja, era bastante incômodo manter como diretor do Instituto de Psicologia um *defroqué*.

O ex-frei Ricardo, agora Renier Rozestraten, estava deprimido. Foi então que a solidariedade me falou mais alto. Fui a Dom Serafim e, com a liberdade

que me permitia, abri o jogo com ele. Queria transparência. Ele demonstrou mais uma vez que a compreensão humana estava acima das convenções. Apoiou a proposta que apresentava a ele e que eu já tinha pensado junto com o professor Renier. Ficaria como diretor-geral, o principal diretor perante a Igreja e a comunidade, ele seria o diretor de programas, o que de fato lhe interessava por ser um cientista e especialista em Psicologia, e o professor Maurício Lansky, que, havia alguns meses, trouxera para a Universidade Católica, seria o diretor administrativo. Era formado na Face – UFMG, com especialização em Administração de Pessoal e em Antropologia Cultural.

Aceita essa gestão tríplice, tratamos de oficializar a criação do Instituto de Psicologia, sobretudo para a comunidade externa à Universidade Católica. Consolidamos a criação do SIPUC na Rua Pernambuco e, em breve, já tínhamos como clientes a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Shell, a Esso e, pouco a pouco, outras empresas solicitaram os serviços de seleção do SIPUC. Essa experiência proporcionou boa arrecadação para os cofres da Universidade Católica. Ao menos é o que posso garantir durante o tempo em que lá trabalhei como diretor-geral, cargo que deixei em 1978, quando fui eleito diretor da Fafich/UFMG e, por me ter comprometido com dedicação exclusiva, ou ‘professor full time’, me desliguei da Universidade Católica.

### **O fruto de uma gestão solidária**

No período em que trabalhei no IPSI – PUC, vivi momentos inesquecíveis. Participei de um experimento coletivo e solidário dos mais bem-sucedidos do ponto de vista acadêmico e profissional. Construí sólida experiência no magistério e convivi com futuros colegas num tempo de intensa transformação da Universidade e da própria sociedade brasileira. Há vários fatos marcantes nessa experiência. Ao menos alguns merecem ser recapitulados.

Um deles foi o Curso de psicanálise “Ontogênese e filogênese da personalização”, dado pelo professor Igor Caruso, pensador e psicanalista de projeção internacional, escritor de notável série de livros, traduzidos e publicados no Brasil. Foi indicado pelo padre jesuíta e psicanalista Malomar Lund Edelweiss, que tinha sido analisado por ele em Viena. Igor Caruso já era conhecido internacionalmente por sua orientação teórica eclética, que buscava conciliar a psicanálise com outras correntes de pensamento e com a religião cristã.

Essa sua visão do mundo do pensamento, que hoje podemos rotular de globalizante, foi o motivo por que criou, em 1947, o *Círculo Vienense de Psicologia Profunda* para abrigar pessoas de variados matizes intelectuais e

religiosos. É sabido que, no período pós-guerra, as diretrizes de crítica radical a qualquer ortodoxia ou dogmatismo transformaram o círculo em um centro de variada riqueza de estudos, em que psicanálise, Psicologia analítica e existencial, ecumenismo, Psicologia genética, etologia, antropologia, sociologia e filosofia passaram a ser abordados de forma sistemática e ampla, atraindo a atenção e a participação, em maior ou menor grau, de celebridades como Konrad Lorenz, Jean Piaget, J. Nuttin, E. Bohn, J. Lacan, entre outros. Nessas circunstâncias, os pensadores da *Escola de Frankfurt* começaram a ser estudados (Adorno, Horkheimer, E. Fromm); mais tarde, Herbert Marcuse, Ernest Bloch, Norman Brown, Jean Paul Sartre, o que levou Caruso a defrontar-se com os textos de Marx, Engels, Lukács, Reich, Gabel, Gorz e outros marxistas. O reflexo dessa riqueza de conteúdos incorporados foi manifestando-se na extensa obra escrita de Caruso que, nas décadas seguintes, abandonou paulatinamente a atitude de um eclético humanista cristão, tornando-se progressivamente mais próximo ao materialismo dialético e, tanto na clínica quanto em sua proposta didática, ater-se mais aos trabalhos de Freud.

Essa pequena biografia do notável pensador foi feita para registrar a importância daquele acontecimento. O curso foi frequentado, durante vários meses, por alunos de Psicologia, professores e profissionais de dentro e de fora da Universidade Católica.

Outro fato digno de registro se deu em 1967, quando fui escolhido para representar a Universidade Católica num dos seminários nacionais realizados em Brasília para todas as universidades brasileiras. Apesar do regime militar, foi rica a experiência. Entre as várias propostas, levava uma curiosamente a mim confiada pelo professor Mário Werneck, fundador e diretor do IPUC – Instituto Politécnico da Universidade Católica: *Introdução da Sociologia nos cursos de Engenharia*. Digo curiosamente, e acrescentaria estranhamente, porque era sabido que o professor Mário era ligado aos militares e representante da elite empresarial em Minas Gerais. Ao apresentar a proposta, fui arguido por um dos representantes do MEC sobre a motivação que me levava a propor aquela novidade. Lembro que, entre várias razões, argumentei fortemente sobre a necessidade de conscientizar engenheiros, futuros patrões, sobre os conflitos sociais que marcam nossa sociedade e frisei que, infelizmente, tais conflitos são quase sempre canalizados para a Justiça, quando deveriam ser resolvidos pelos próprios agentes sociais envolvidos. Nessa linha, continuei minha defesa. Ao término da sessão, fui abordado por uma senhora elegante, cabelos pintados de louro. Disse-me que ficara impressionada com minha atitude. Apesar de concordar plenamente comigo, tinha que me aconselhar, porque era esposa de um coronel do exército e sabia que, naquelas reuniões, havia muitos espíões. Por isso me aconselhava ter cuidado.

Terceira experiência marcante foi quando Dom Serafim, diante da nova lei da reforma da Universidade, convidou-me para participar, junto com outros professores, dos debates que redundariam na elaboração da *Carta de Princípios* da Universidade Católica. Duas pessoas foram encarregadas de coordenar os trabalhos: a professora Ana Adelina Lins, da Escola de Serviço Social, e o Dr. Gamaliel Herval, se não me engano, já vice-reitor. A mim coube, na distribuição dos trabalhos, apresentar estudo sobre um dos princípios que norteavam a reforma de 1968: *a flexibilidade pedagógica*. No meu ponto de vista, juntamente com a extinção da cátedra, com a respectiva criação dos departamentos, foram as únicas contribuições positivas naquele projeto que, afinal, resultou na Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Pela flexibilidade pedagógica, acabou a estrutura curricular uniforme, o aluno poderia matricular-se por disciplinas e não em cursos anuais e, assim, ditava o tamanho de seu curso. A *Carta de Princípios*, a meu ver, marcou fortemente a reestruturação da Universidade Católica. O dominicano frei André e eu levantamos a questão angustiante: como conciliar universidade católica, por definição confessional, com a natureza da própria universidade em si: pública, gratuita e laica. Foi uma discussão muito rica. Pena que foi a resultante de uma reforma ditada pela doutrina da segurança nacional, planejada pelo ideólogo americano assessor do acordo MEC-Usaid, Rudolph Atcon, logo encampada pelo coronel Meira Mattos, representante do MEC.

A imposição da reforma universitária sem o respaldo da comunidade acadêmica reflete bem o clima vivido naqueles anos de chumbo impostos pelos militares. Censura e perseguição nas universidades brasileiras nos deixavam a todos, sobretudo os dirigentes, sempre angustiados.

Uma noite, ao entrar no Instituto de Psicologia, encontrei os alunos agitados porque nossa secretária tinha desaparecido e corria a notícia de que fora presa pelos militares. Estranhei e comuniquei ao reitor, Dom Serafim, o ocorrido. Ele me mandou o Dr. Gamaliel Herval, advogado e assessor da Reitoria, para me ajudar a localizá-la. Depois de desgastante romaria às diversas delegacias de polícia e ao DOPS, finalmente baixamos na ID-4, onde fomos recebidos por seu comandante, o coronel Otávio Medeiros. Tive ocasião de reproduzir o ponto crucial do encontro com aquele militar em artigo publicado há alguns anos no *Estado de Minas*. Importa reproduzir a principal parte:

[...] Fez-me lembrar o bate-boca tido com o então coronel Otávio Medeiros na porta da ID-4 à rua Santa Catarina, numa noite de final da década de 60, quando, diretor do Instituto de Psicologia da PUC, fui tentar localizar nossa secretária misteriosamente desaparecida. A família estava preocupada e ninguém sabia de

seu paradeiro. Junto comigo estava o advogado da PUC, Dr. Gamaliel Herval, de tal forma que o “diálogo” foi a três.

O coronel estranhou que estivéssemos procurando por um “preso político”. Nem sabia eu se o era. Provocou-nos provavelmente na tentativa de que caíssemos em armadilha preparada pelos ideólogos da “Segurança Nacional” e treinados no Panamá e nos Estados Unidos pela CIA. Mas o feitiço virou contra o feiticeiro. Não só naquela noite, se se pensar no que deu no futuro o golpe de 64!... Parece que Gamaliel e eu já prevíamos o que aconteceria posteriormente.

Ao invés de doutrinar-nos e incutir-nos medo com suas ameaças, como provavelmente esperava, acabou ouvindo lição de cidadania de homens que amam a liberdade e respeitam os direitos da pessoa humana contra o autoritarismo e o abuso do poder armado.

Foi o diálogo da força do direito contra o “direito” da força. Lembro-me muito bem que lhe disse na despedida: - Coronel, repetindo suas palavras, estamos em campos opostos. O senhor no seu “dever de matar” em nome de uma causa e eu na luta pelo “direito de viver com dignidade e de defender os que amam a liberdade de pensar e de viver”. Em nome do dever a ser cumprido, vocês, militares, justificam qualquer ação, inclusive a prisão arbitrária, a tortura, a violência, o assassinato... É pena que isso aconteça. Mas o futuro pertence à História. Ela dirá se realmente o conflito que hoje vivemos foi entre o direito da pessoa humana e o dever do militar. Sei que não é a instituição militar que está se responsabilizando pelo que um grupo de oficiais e subalternos esteja fazendo, mas que está maculando a instituição que representa. Esta nódoa dificilmente será apagada. Desde 64 todos nós que defendemos os direitos humanos e as liberdades individuais consagradas em todas as Constituições democráticas, somos por vocês militares tachados de comunistas, marxistas, leninistas, stalinistas e como tais merecemos sumir do mapa. Somos o inimigo que precisa ser trucidado. (SALOMON, 2001)

Mas da secretária, a Jesuína, nunca mais soube!... Lembro que a vi, assustadíssima, olhos esbugalhados, encostada na parede da sala, perto da porta, em que nos atendera o coronel Medeiros.

Foi a última impressão que me ficou daquela inteligente e excelente funcionária. Seu tipo físico e seu rosto me faziam lembrar a Danuza Leão. Até hoje me pergunto: o que terá feito para ter sido presa?

Finalmente é digno de nota que foi pelo apoio e incentivo de Dom Serafim que, em 1971, escrevi e publiquei o *Como fazer uma monografia* – texto de metodologia do trabalho científico, pioneiro no Brasil. Inscrito no Concurso

Literário da Prefeitura de Belo Horizonte, obteve o primeiro lugar. Foi meu primeiro livro publicado e a primeira experiência editorial do Instituto de Psicologia da então UCMG, hoje PUC – Minas. Escrito com o objetivo de servir de subsídio aos alunos interessados diante de uma novidade que iríamos introduzir no curso: a obrigatoriedade da monografia antes do término do curso de graduação.

Para minha surpresa, acabou sendo texto instrumental para a maioria dos cursos de pós-graduação, tanto o Mestrado como o Doutorado. Desde 1993, melhorado e ampliado, já na 15ª edição, é publicado pela Editora Martins Fontes.

Cabe-me ressaltar que, durante o movimento de reconhecimento do curso, praticamente todos os alunos se envolveram. Uma das conquistas por eles obtida, além das centenas de títulos para a formação da biblioteca, foi a aquisição de uma *impressora offset*, doada pelo Banco Minas Gerais, em atendimento a pedido de uma de nossas alunas de Psicologia, a Izabel, cunhada do Tostão, então jogador do Cruzeiro. Foi justamente nessa máquina que os 3 000 exemplares do *Como fazer uma monografia* foram impressos. Apesar de trabalho artesanal, foi uma bela edição. Devo, sobretudo, a nossos funcionários do IPSI, Milton Cabral Moreira, que, de maneira exímia, datilografou diretamente todo o livro em forma de *matriz-offset*, a Venâncio Santos Lopes, incansável na coordenação da produção gráfica, a Humberto Sabioni, que imprimiu o manual na *offset*, e a Francisco, Jorge, Daniel e Bartolomeu pelo trabalho de composição dos cadernos. Em poucas semanas, a edição esgotou, tal o interesse despertado, tendo chegado pedidos de todo o território nacional e até da Argentina. Soube, por amigo comum, que o livro foi adotado pelo padre Lage, em seu exílio no México, quando lá teve de lecionar metodologia na universidade da cidade, onde se exilara, fugido da perseguição dos militares<sup>2</sup>.

### Tributo de admiração e reconhecimento

Quando Dom Serafim foi eleito Cardeal, mandei-lhe carta cumprimentando-o e felicitando-o pelo cardinalato. Ele me respondeu num cartão, agradecendo e

<sup>2</sup> Ao aludir ao padre Lage, não posso deixar de rememorar cena por mim presenciada, quando de sua prisão no DOPS de Belo Horizonte. Certa tarde, fui visitar meu tio João Vieira ali detido. Enquanto esperava no hall de entrada, vi o delegado Tacir Menezes espancar o padre Lage, que, de batina, recebia pontapés no traseiro. Pouco depois fui testemunha de outra cena completamente oposta. Já dentro do DOPS, no fundo, onde os presos políticos recebiam visita, meu tio me levou até a cela onde estava detido o médico e psiquiatra Eli Bonini Garcia. De pijama e descalço, sentado no chão, com o Estado de Minas aberto e tendo dois investigadores atentos ao que dizia, mostrava as manchetes do jornal tanto da parte internacional como da política e a policial e tentava ligar entre si os fatos do dia, aparentemente desconexos, mas que, por sua capacidade de usar a dialética, estavam todos relacionados. Os policiais boquiabertos procediam como alunos atentos diante daquele mestre marxista, inteligente e arguto militante. Acabavam de receber magistral aula de como usar o método dialético na interpretação da realidade. Cena digna de um Pirandello: um prisioneiro marxista ensinando aos policiais que o prenderam como entender este mundo capitalista.

relembrando, talvez, aqueles bons tempos em que vivíamos com a preocupação de consolidar seu maravilhoso sonho de construir uma universidade que fosse realmente católica, no sentido pleno da palavra. Antes de assinar o cartão datilografado, escreveu à mão uma palavra que para mim valeu como um tratado de recíproca amizade e admiração de minha parte: *Saudades!*

É a palavra que traduz tudo que sinto em relação a ele e à minha querida Universidade Católica, hoje Pontifícia, em declarado reconhecimento a uma obra, de cuja construção participei, e que lembrarei até o fim da vida. Afinal foi nela e por ela que atingi o máximo de minha aspiração existencial: *ser professor universitário*. Se não fosse a Universidade Católica certamente não teria sido o professor livre-docente, agora aposentado, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Foi por causa da Universidade Católica que me projetei tanto como professor como escritor. Foi também no e por causa do Instituto de Psicologia, por mim dirigido honrosamente durante dez anos, que lancei as bases (como devo à sua biblioteca!) de minha tese de livre-docência, proporcionando-me tantos achados para escrevê-la, mais tarde convertida em *A maravilhosa incerteza* – ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar.

## Referências

Ghiraldelli Junior, P. (1990). *História da Educação*. São Paulo: Cortez. Coleção Magistério - 2º grau. Série Formação do Professor.

Pfromm Netto, S. Pioneiros da Psicologia escolar Mira Y López (1896-1996). *Psicol. esc. educ.* [on-line]. 1996, v. 1, n. 1 [cited 4 Nov. 2008], p. 87-88. Available from: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85571996000100015&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85571996000100015&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1413-8557.

Salomon, D. V. Saudosismo. *Estado de Minas*. 5/2/2001.

*UFMG: resistência e protesto*. (1978). Belo Horizonte: Vega.

